O PAPEL DO FILANTROPO-CAPITALISMO NA PARCERIA PELA ALFABETIZAÇÃO EM REGIME DE COLABORAÇÃO (PARC) - MT

Marilda de Oliveira Costa

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Brasil

marilda.costa@unemat.br

Dalva Valente Guimarães Gutierres
Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil

dalvalen@ufpa.br

Com as profundas transformações do capitalismo do final do século XX e início do XXI, destaca-se o papel das grandes corporações (DAWBOR, 2017; CHESNAIS, 2005), na área social e, sobretudo, na educacional, com a emergência de uma nova "filantropia" encetada por bilionários, organizados em redes políticas para a definição da política educativa – da formação de agenda à avaliação. Escondidos sob a tarja da "filantropia" a partir de seus "institutos" e/ou "fundações" as corporações tem exercido grande influência sobre o Estado, interferindo, inclusive, nos processos de regulação das políticas educacionais, de modo a criar um ambiente favorável aos negócios para o setor privado, com ou sem finalidade lucrativa, além de garantir como modelo educacional a formação de recursos humanos para o desenvolvimento produtivo e empresarial e o controle cultural. Trata-se, de acordo com Díez-Gutiérrez (2022), da "filantropoeducação",

> pela qual os bilionários e suas fundações "filantrópicas" não estão mais por trás da doação e do patrocínio, mas sim a direcionam e administram por meio da elaboração de políticas onde governos, empresas e ONGs trabalham juntos para ampliar o alcance das forças de mercado na educação (Idem, p.48).

Pode-se considerar que sob influência de tais atores tem-se constituído redes de políticas educacionais, que acabam por definir e difundir o projeto hegemônico de educação da elite econômica e financeira não só do país, que escamoteia processos de privatização da educação obrigatória em suas diferentes formas (PERONI e GARCIA, 2020; COSTA, 2019; ADRIÃO, 2018; BELFIELD e LEVIN, 2004).

É o caso abordado neste texto com a "Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC)", voltado para o 1º e 2º anos do Ensino Fundamental. Inspirado no Programa de Alfabetização do Ceará, o PARC foi elaborado pela Fundação Lemann e

Instituto Natura, em 2020, e submetido a edital do B3 Social, ligado à Bovespa de São Paulo e executado pela Associação Bem Comum, entre 2021 e 2022[1]. Conforme anuncia o site da Associação Bem Comum trata-se de um Programa que vem sendo implantado, de forma gradativa, desde 2019 em 11 (onze) estados da federação, dentre eles Mato Grosso.

Direcionado para os estados de Mato Grosso e Paraíba, O PARC aprovado em 2020 teve início no ano de 2021, em Mato Grosso, cuja Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) de Mato Grosso instituiu no ano de 2021 três programas voltados para a "melhoria dos resultados na alfabetização", sendo eles: Alfabetiza MT, Prêmio Educa MT e a Inclusão Digital, executado em regime de colaboração com os municípios mato-grossenses, por meio da Lei n. 11. 485, de 28 de junho de 2021 e regulamentado pelo Decreto n. 1.065 em 10 de agosto de 2021.

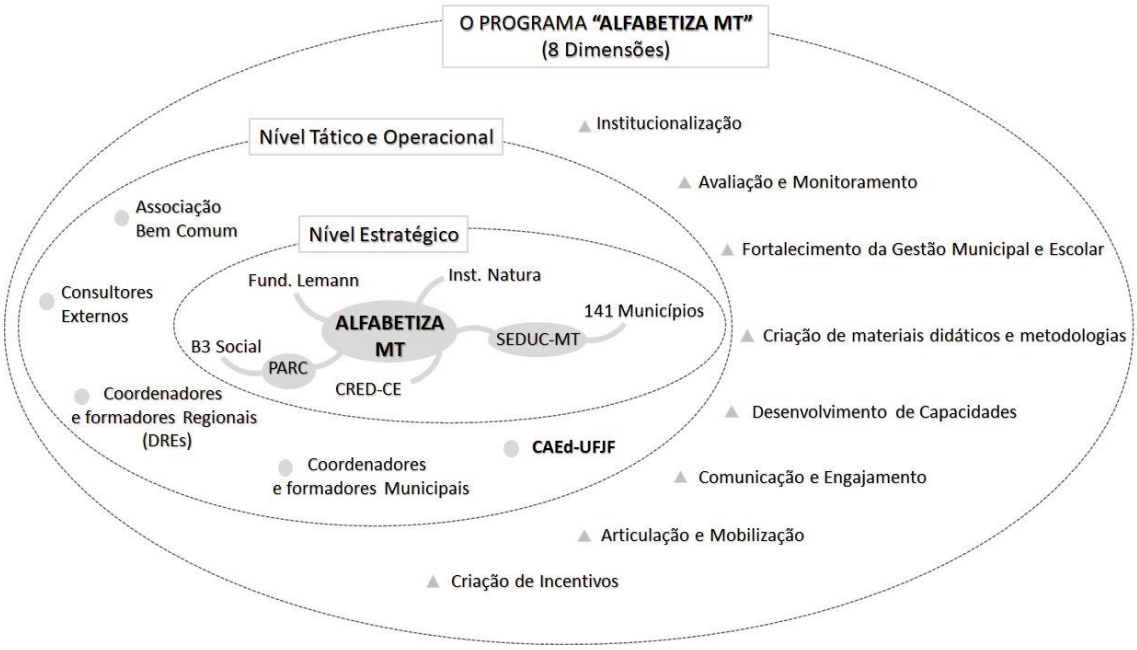
Trata-se de uma pesquisa documental, exploratória, em andamento e cuja busca de dados se deu em sites e portais das instituições e entidades envolvidas na elaboração e execução do Programa. Neste texto debruçamo-nos sobre a gênese do Programa, o papel dos atores público e privado na sua fase de implantação em Mato Grosso, em colaboração com 140 municípios conveniados.

De acordo com o Art. 1º, Parágrafo Único da Lei n. 11. 485, de 28 de junho de 2021, o Programa Alfabetiza MT tem por objetivo "a melhoria dos resultados da alfabetização", e público-alvo (Art. 2º) I - estudantes da Educação Infantil, dos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental; II - professores da Educação Infantil, dos 1 º e 2º anos do Ensino Fundamental; III - Coordenadores Pedagógicos; IV - Gestores Escolares. De acordo com o Caderno Orientativo (2022, p. 2) o programa "Visa fortalecer o Regime de Colaboração entre o Estado de Mato Grosso e todos os 141 municípios, exceto Cuiabá, para melhoria dos resultados na alfabetização".

Estruturado em 8 (oito) eixos, o Programa contempla algumas dimensões, conforme expostos na figura 1:

Figura 1 – Estrutura organizacional e rede de atores público e privado do ALFABETIZA MT

[1] Conforme anunciado no site da Fundação Lemann a Vale "do Rio Doce" é um novo "parceiro" do PARC.



Fonte: elaborada pela autora com base em informações acessadas nas páginas da Fundação Lemann, Associação Bem Comum e SEDUC-MT, em junho de 2022.

Para execução local o governo do Estado, via Assembleia Legislativa, institucionalizou o PARC, criou mecanismos de incentivos aos municípios, premiação com base nos resultados dos testes padronizados, realizados pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), contratada por meio do Termo de Contrato n. 0073/2021, para Avaliação de Fluência leitora para as turmas do 2° ano, Avaliação Somativa para turmas do 2º e 5º anos do Ensino fundamental e Protocolos de avaliação diagnóstica; consultores externos. Na sua execução, o Programa conta ainda com Coordenadores Regionais, Formadores Regionais (SEDUC-MT), Coordenadores Municipais e Formadores Municipais.

A capacitação dos profissionais envolvidos com o Alfabetiza MT se dá via CAED/UFJF, consultores da Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CRED – CE) da SEDUC-CE e outros, visando o monitoramento do programa nas escolas das redes públicas estadual e municipais, parceiras.

Por meio do Prêmio Educa – MT as escolas com melhores resultados nos testes aplicados em novembro de 2021 receberam recursos financeiros com base no número de alunos matriculados e se comprometem via Cooperação Técnico-Pedagógica a apoiar as escolas cujos resultados nos testes não foram satisfatórios. Conforme noticiado no site da SEDUC-MT o segundo Seminário de Integração do Alfabetiza MT aconteceu em março

de 2022 e contou com a presença de autoridades públicas como o governador do Estado, prefeitos e secretários estadual e municipais de educação, Diretores Regionais das DREs, e demais profissionais envolvidos com o Programa. Foram premiadas 37 escolas das redes municipais e 63 da rede estadual de ensino, dividindo um prêmio de 5,5 milhões. Outras 100 escolas receberam 2,7 milhões como "apoio financeiro para o desenvolvimento de boas práticas em sala de aula", cuja fonte de recursos tem sua origem em 10% do ICMS educação. A premiação terá sua base legal na Lei Complementar n. 746, de 25 de agosto de 2022, de autoria do Poder Executivo, publicada no DOU 26.08.2022, com a finalidade de estabelecer normas relativas ao cálculo dos Índices de Participação dos Municípios do Estado de Mato Grosso no produto da arrecadação do ICMS – IPM/ICMS.

O governo de MT tem promovido profundas e significativas alterações na organização da educação desde 2021, que afetam diretamente as redes públicas estadual e municipais de ensino, dentre elas destaco o fechamento de escolas, redimensionamento de matrículas, transferência de prédios para os municípios, municipalização dos anos iniciais do ensino fundamental, deslocamento de profissionais entre cidades (Decreto n. 723/2020). Essas medidas têm relação direta com a materialização do Programa Alfabetiza – MT e, portanto, precisa ser investigado. Assim, a continuidade da pesquisa visa aprofundar estudos teóricos e empíricos sobre algumas categorias como: corporações e "filantropia" na educação; papel do Estado e o direito a educação; resultados nos testes, financiamento e premiação; bolsas e a valorização docente, dentre outras.

Referências

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e Formas da Privatização da Educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. Currículo sem Fronteiras, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan-abr, 2018.

ASSOCIAÇÃO BEM COMUM. Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração. Disponível em: https://abemcomum.org/parceria-pela-alfabetizacao-em-regime-de-colaboracao/. Acesso em: 20 de junho de 2022.

BELFIELD, Clive R.; LEVIN, Henry M. A privatização da educação: causas e implicações. Lisboa, Portugal: Edições ASA, 2004.

CHESNAIS, François (org.). A finança mundializada. Trad. Rosa Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.

COSTA, Marilda de O. Contrarreformas, Nova Gestão Pública e relações público-privadas: mapeando conceitos, tendências e influências na educação. RBPAE - v. 35, n. 1, jan./abr. p. 159 – 179, 2019.

DÍEZ-GUTIÉRREZ, Enrique-Javier. Invasión en Educación. Journal of Supranational Policies of Education, n. 15, p. 48-63, 2022.

DOWBOR, Ladislau. A Era do Capital Improdutivo. A nova arquitetura do poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta. 2ª ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

FUNDAÇÃO LEMANN. PARC recebe apoio do B3 Social. Disponível em: https://fundacaolemann.org.br/noticias/parc-recebe-apoio-da-b3-social. 09/06/2021. Acesso em: 20 de junho de 2022.

MATO GROSSO. Decreto n. 1.065 em 10 de agosto de 2021. Regulamenta a Lei nº 11.485, de 28 de julho de 2021, que institui o Programa Alfabetiza MT, o Prêmio Educa MT e a Inclusão Digital, em regime de colaboração com os municípios mato-grossenses, e dá outras providências.

_____. Lei n. 11.485, de 28 de julho de 2021. Institui o Programa Alfabetiza MT, o Prêmio Educa MT e a Inclusão Digital, em regime de colaboração com os municípios mato-grossenses, e dá outras providências.

_____. SEDUC-MT. Caderno Orientativo Programa Alfabetiza MT. 2022. Disponível em: www3.seduc.mt.gov.br/documents/8125245/19221647/Orientativo+Alfabetiza+MT+2022.pdf/b9724838-7364-3699-6a12-2c0c7119c640. Acesso em 14 de julho de 2022.

PERONI, Vera Maria Vidal; GARCIA, Teise. Apresentação - Diálogos sobre distintas formas de privatização: caminhadas de pesquisa sobre o tema. Educar em Revista [online]. 2020, v. 36, e77598. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.77598>. Acesso em: 20 junho de 2022.